

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

(Do Sr. Mendonça Filho e Sr. Kim Kataguiri)

Acrescenta o §1º-A ao art. 220, para proibir a responsabilização dos veículos de comunicação quanto à manifestação de seus entrevistados.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º, do artigo 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º O art. 220 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 1º-A:

“Art. 220

.....
§1º-A O veículo de comunicação não poderá ser responsabilizado por manifestação de terceiro entrevistado” (NR).

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A liberdade de imprensa é corolário da liberdade de expressão, ambas estão protegidas constitucionalmente pelo art. 5º, IX e art. 220 da Constituição Federal e constituem fundamento para o nosso Estado Democrático de Direito.

O Supremo Tribunal Federal proferiu decisão no RE 1075412¹ com base na qual as empresas jornalísticas passam a ser responsabilizadas por declarações de entrevistados terceiros e fixou tese de repercussão geral², ou seja, as diretrizes a serem seguidas por todas as instâncias do Judiciário em processos semelhantes. Sob a justificativa do binômio liberdade com responsabilidade se institui uma restrição à essa

¹ <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5263701>

² Tema 995 - Controvérsia relativa à liberdade de expressão e ao direito à indenização por danos morais, devidos em razão da publicação de matéria jornalística na qual terceiro entrevistado imputa a prática de ato ilícito a determinada pessoa. Disponível em:
<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5263701&numeroProcesso=1075412&classeProcesso=RE&numeroTema=995>

liberdade de imprensa, que pode comprometer o alicerce democrático da nossa comunicação e do nosso país.

A decisão deixa em aberto e dá margem para interpretações sobre qual limite e diretrizes para o dever de cuidado da empresa jornalística, o que seriam os indícios concretos de falsidade de imputação e como seria possível cumprir a decisão frente a entrevistas com terceiros ao vivo, por exemplo, em que a checagem de fato seria inexequível, já que não se sabe o que será dito previamente.

Haveria punição de pequenos jornais que teriam um ônus grande de checar cada uma das manifestações e muitas vezes não possuem estrutura para tanto, cerceando a sua atuação. Até as grandes empresas recorreriam em autocensura para não correrem o risco de serem responsabilizadas no jornalismo investigativo e político cotidiano. Alguns constitucionalistas afirmam contrariar o ato de jornalismo e se tratar de um assédio judicial às redações. Isso porque comprovar que informações são falsas, salvo em uma parcela pequena de casos que tenham sido judicializadas com trânsito em julgado, ficará a cargo do juiz que examinará a responsabilidade da imprensa pela entrevista, ou do editor que, receando prejuízo, poderá evitar sua publicação.

Trata-se de uma analogia utilizada para a imprensa tradicional com o Marco Civil da Internet sobre responsabilização dos provedores de aplicação de danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros para remoção de conteúdo ilícito, ou notícias falsas, em caso de não tomar as providências apontadas por decisão judicial para tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente. Contudo, tratam-se de modelos distintos já que a manifestação nas redes sociais é garantia individual, o direito de imprensa é coletivo.

O §1º do art. 220 da CF/88 dispõe que “Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV”. Se existe essa limitação para a elaboração de leis, as decisões judiciais também não deveriam estabelecer essa limitação ou criar barreiras para a plena liberdade de informação jornalística.

Já existem instrumentos, constitucionalmente assegurados, inclusive para as atividades de comunicação mais especificamente como o direito de resposta (art. 5º, V, da CF/88³), ou mais genéricos como a reparação por danos morais, que serviriam para sanar eventuais condutas de reparação do ofendido, não havendo necessidade de novas balizas ou responsabilização das empresas jornalísticas.

Dessa forma, propomos a criação de um novo parágrafo no art. 220, da Comunicação Social, seguindo a linha do caput que garante que processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, para então **assegurar constitucionalmente que a empresa jornalística não poderá ser responsabilizada por manifestação de terceiro**

³ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

entrevistado. Essa responsabilização se trataria de uma quebra da liberdade de imprensa e, por conseguinte da liberdade de expressão, ainda mais por se tratar de manifestação de terceiros e não dos próprios jornalistas que atuam na empresa. Contamos com o apoio dos Nobres Pares para a discussão e a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado MENDONÇA FILHO

UNIÃO/PE

Deputado KIM KATAGUIRI

UNIÃO/SP